

ESTUDO DE CASO DE TUTORIA DE APOIO A ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

ANDRADE, Cristiano César dos Santos.¹ - Pólo CEDERJ/UAB Belford Roxo;
FERNANDES, Edicléa Mascarenhas² - UERJ;

Eixo Temático:1 – Alunos com necessidades especiais no ensino superior
Categoria. : Comunicação Oral

RESUMO:

O trabalho apresenta um estudo de caso de aluno com deficiência visual matriculado no curso de superior de Tecnologia de Sistemas de Computação da Universidade Federal Fluminense no Pólo CEDERJ/UAB de Belford Roxo, RJ na modalidade à distância (EAD). O objetivo do estudo foi identificar as ferramentas adequadas para a produção de material didático acessível para as disciplinas. Foram realizadas entrevistas com o aluno e sua mãe para identificar as modalidades de aprendizagem do mesmo, as melhores formas para a transmissão do conteúdo das disciplinas e as ferramentas que o aluno utilizou durante a sua formação no ensino fundamental e no ensino médio. Foram utilizados como referenciais teóricos as metodologias de adequações curriculares previstas na Educação Especial e a interlocução interdisciplinar com a tutoria de Educação Especial do pólo. Os questionamentos permitiram três maneiras de transmitir conhecimentos e conceitos referentes às disciplinas cursadas: material tátil, texto sucinto e gravação de aulas.

Palavras-Chaves: Necessidades Educacionais Especiais; Adaptação de Materiais Didáticos, Práticas Inclusivas no Ensino Superior.

¹ Tecnólogo em Processamento de Dados, formado pela Faculdade de Belford Roxo (FABEL), pós-graduando Lato Sensu em Análise de Sistemas pela Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Tutor Presencial do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Computação da Universidade Federal Fluminense no Pólo CEDERJ/UAB Belford Roxo, RJ– cristiano cesar@operamail.com.

² Professora Adjunta do Departamento de Educação Inclusiva e Continuada da Faculdade de Educação / Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva (NEEI/UERJ) Rio de Janeiro – Coordenadora da disciplina de Educação Especial da Licenciatura em Pedagogia Consórcio CEDERJ- Presidente da Comissão encarregada de estabelecer as normas que regerão os procedimentos a serem adotados pelo Consórcio CEDERJ em relação aos seus alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais - professoraediclea.uerj@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é atualmente um dos maiores desafios do sistema educacional. Ela é o processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino dito “regular”. Sua abordagem tem como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

A Educação Inclusiva atenta à diversidade inerente à espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos.

Sendo a Educação Inclusiva um processo dinâmico que está em evolução constante e tendo suas estruturas, sistemas e metodologias de ensino que atender as necessidades das pessoas com limitações especiais, ela não deve ser restrita ou limitada, nem por salas de aula numerosas e nem por falta de recursos materiais.

Para isso, a Lei nº 9394/96³, determina, dentre outras coisas, que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial e deve ser assegurado aos educandos com necessidades especiais professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

De forma indireta a Educação Inclusiva visa à promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privados, de pessoas portadoras de deficiência. Medida que os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, conforme previsto na Lei 7.853/89⁴.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo

³ Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Capítulo 5.

⁴ Lei que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social. Alínea c do item I do parágrafo único do Art. 2º.

205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Educação Inclusiva visa também preparar o a pessoa deficiente para o mercado de trabalho. Por isso, [NAMBU,2003] afirma que a inclusão da pessoa portadora de deficiência ao mercado de trabalho é um direito, independente do tipo de deficiência que apresente e de seu grau de comprometimento. No entanto, ainda presenciamos inúmeros casos de discriminação e exclusão, talvez, pela falta de conhecimento da sociedade de que esse cidadão tem direito à convivência não segregada e ao acesso aos recursos disponíveis aos demais cidadãos.

O Decreto 5296 de 2004 estabeleceu os princípios e a garantia de acessibilidade a todas as pessoas com deficiências no âmbito das barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais no acesso aos bens e serviços, no campo da educação, saúde, transporte, trabalho, esporte e lazer. Entende-se a partir deste enfoque que a acessibilidade é um fator decisivo para minorar e extinguir as desvantagens a que uma pessoa com deficiência fica exposta em um meio ambiente inacessível.

No que tange a legislação implementada pelo Ministério da Educação e Cultura uma definição específica relacionada aos suportes necessários a alunos com deficiência no âmbito universitário, como é o caso da Portaria nº 1.679 de 1999, trata de dispositivos legais para “acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições”.

Outro destaque é a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que foi incorporada à legislação brasileira pelo Decreto 6949 de 25 de agosto de 2009. A Convenção desloca a ideia da limitação presente na pessoa com deficiência para o resultante da interação com o meio ambiente, sendo assim a deficiência é o resultante da

ausência de suportes. A Convenção aponta assegura um sistema de educação inclusivo em todos os níveis de ensino por meio da oferta de ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos e no que tange à educação a garantia do acesso a todos os níveis de ensino até o superior.

No que concerne à inclusão no ensino superior em universidades, o Ministério da Educação e Cultura instituiu a Portaria nº 1.679 de 1999, que tratava de dispositivos legais para “acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências para instrução dos processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições de ensino.

Atualmente o Ministério da Educação implantou em 2005 o Programa de Acessibilidade na Educação para as universidades federais. A partir desta data começaram a ser implantados editais fomentando a implantação de núcleos de acessibilidade com o objetivo de reduzir as barreiras físicas e comunicacionais facilitando a permanência do aluno no sistema. Porque repetência e evasão destes alunos vinculam-se a causas não intrínsecas às incapacidades dos mesmos, mas a inadequação do ambiente universitário; seja nos aspectos físicos ou nos suportes oferecidos aos mesmos.

A Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ) é um consórcio de universidades públicas federais e estaduais que oferece educação superior à distância, tendo como missão promover a expansão e interiorização do ensino público e de qualidade no Estado. Os cursos são semipresenciais com tutores de acompanhamento à distância e presenciais nos 34 (trinta e quatro) pólos disponíveis ao acompanhamento dos alunos.

A partir da perspectiva de interiorização, nos últimos anos vêm crescendo o número de alunos com necessidades educacionais especiais participando do sistema, o que vem demandando no Consórcio a necessidade de estruturar metodologias para acompanhamento destes alunos.

Para atender a esta demanda a presidência do Cederj instituiu por meio da portaria 183, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 16 de agosto de 2011, uma comissão encarregada de estabelecer normas para reger

procedimentos a serem adotados em relação aos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais.

Atualmente a comissão vem instituindo um modelo de trabalho em que garante carga horária de tutoria presencial para apoio aos alunos com necessidades educacionais especiais e grupos de discussão participantes para identificar metodologias, sistematização de ações e produção de conhecimento científico. O Consórcio CEDERJ nos últimos anos investindo em ações tais como a compra de impressora Braille para produção do material para alunos cegos; ampliação de material para alunos com visão subnormal e estudos de adequação ao ambiente virtual.

Porém a produção de material para alunos cegos envolve não só a transcrição para o Braille, mas o material tátil para que os mesmos possam ter acesso ao conteúdo, para que possam apreender por meio tátil os conceitos da disciplina e para atender esta demanda foi criada uma carga horária de tutoria no pólo para execução desta tarefa pedagógica.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Os referenciais teóricos pautam-se na triangulação dentre os conceitos de acessibilidade, acessibilidade ao currículo, e a fenomenologia da cegueira.

Segundo Fernandes e Orrico (2011) a acessibilidade é a possibilidade da pessoa com deficiência utilizar com autonomia e segurança os espaços e artefatos culturais. Neste sentido, a acessibilidade ao currículo é fundamental para o aluno cego e um de seus canais de recepção é o tato. Como afirmam Fernandes, Orrico e Redig (2006):

“é importante que o significado das palavras e objetos, já estejam constituídos no pensamento do aluno cego e para que isto ocorra, é necessário que o educando tenha um contato com o objeto concreto, desta forma, ele poderá construir seu pensamento” (FERNANDES *et alli*, 2006:3).

O processo de compreensão da fenomenologia do universo do aluno cego é fator preponderante para a construção de materiais acessíveis. Lima (2007) em seu artigo A Preeminência da Visão: Crença, Filosofia, Ciência e o Cego

ressalta a pouca utilização de desenhos e mapas hápticos para alunos cegos, constata que esta ausência deve-se a:

“crença e no embasamento filosófico das teorias que sustentam a superioridade da visão sobre os demais sentidos, inclusive o tato; na crença da incapacidade de os cegos compreenderem padrões bidimensionais pelo tato, uma vez que não tem experiência visual; e na crença de que só a visão poderia oferecer informações que permitiriam ao sujeito reconhecer figuras, mapas e gráficos adequadamente”. (2007:2)

3. OBJETIVOS

Demonstrar as práticas inclusivas aplicadas a um aluno do curso superior de Tecnologia em Sistemas de Computação da Universidade Federal Fluminense, na modalidade EAD, no Consórcio CEDERJ e apresentar os resultados obtidos com a aplicação dessas práticas.

4. METODOLOGIA

A metodologia do trabalho é o estudo de caso, em que foram coletadas por meio de entrevistas informações relacionadas às modalidades de aprendizagem do aluno e os suportes que o mesmo utilizou ao longo de sua vida acadêmica na educação básica, bem como as intervenções sistematizadas utilizadas com o aluno para a produção de metodologias institucionais e operacionais de apoio.

Foram concedidas, para o tutor, 03 (três) horas de tutoria remuneradas, destinadas para orientação pedagógica que é ministrada na modalidade presencial, onde o tutor ensina os assuntos pertinentes às disciplinas.

A fim de alcançar os objetivos propostos de cada disciplina, o tutor realiza tutoria à distância fazendo uso da ferramenta skipe pelo período de uma hora por dia, cinco dias por semana.

Os alunos da computação têm o privilégio de, em complemento as sugestões bibliográficas, terem disponibilizado no ambiente virtual, as aulas gravadas em vídeo pelo professor da disciplina; porém ainda carecem de tecnologia de áudiodescrição o que dificulta o acesso direto a alunos cegos.

As avaliações não são completamente adaptadas, o braille não é suficiente para descrever o conteúdo específico das disciplinas deste campo de conhecimento por envolver gráficos de grande complexidade; mesmo o texto reproduzido em modo disponível para leitura em leitores de tela também não consegue suprir esta necessidade.

No segundo semestre de 2010, o pólo CEDERJ de Belford Roxo recebeu a matrícula de um aluno com deficiência visual. O pólo não tinha tido a oportunidade de ter um discente com esta condição.

O aluno possuía cegueira total, sendo assim seus suportes deveriam ser o Braille e o uso de softwares com sintetizadores de voz para leitura de textos e apoio de orientação e mobilidade. Contava ainda com a dificuldade de morar distante do pólo com sua mãe, que trabalhava, e ele necessitava de apoio para o deslocamento para o pólo.

No primeiro período o aluno matriculou-se nas seguintes disciplinas: Inglês Instrumental, Introdução à Informática e Construção de Páginas Web. No segundo período matriculou-se em: Fundamentos de Algoritmo para Computação; Projeto de Desenvolvimento de Algoritmos e Introdução à Informática.

Os desafios seriam grandes, porém as barreiras atitudinais já estavam vencidas porque a direção do pólo, coordenação e tutores buscaram meios para redução dos obstáculos a sua aprendizagem e que facilitassem a assimilação do conteúdo.

Porém, como já explicitado, havia a necessidade de produzir um material didático acessível ao aluno, pois nem sempre os leitores de tela eram capazes de traduzir os conceitos. Os vídeos aula precisavam de melhor adequação para sua plena compreensão.

A seguir apresentamos a descrição das disciplinas da grade curricular cursadas pelo aluno cego, seu desempenho e análise das possíveis barreiras restritivas.

DISCIPLINAS CURSADAS NO PRIMEIRO PERÍODO

- INGLÊS

Não houve orientação pedagógica específica, mas foi fornecido ao aluno arquivo em mídia do material de estudo. O aluno conseguiu imprimi-lo em braile, o que contribuiu para que perseguisse os estudos e obtivesse aprovação nesta disciplina.

- INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA

Não houve orientação pedagógica específica e nem foi fornecido ao aluno material de estudo apropriado. O aluno teve dificuldades em compreender a disciplina, principalmente no que diz respeito a reconhecimento de peças, entendimento dos conceitos de portas lógicas e simplificação de funções. O aluno não conseguiu resultados satisfatórios nas avaliações e foi reprovado nesta disciplina.

- CONSTRUÇÃO DE PÁGINAS WEB

Houve orientação pedagógica específica. O tutor da disciplina desenvolveu todo material fornecido e, por indicação da diretoria e coordenação de tutores do pólo, tornou-se orientador pedagógico do aluno.

Foram produzidos os seguintes meios auxiliares: apostila adaptada para permitir leitura através de software sintetizador de voz; aulas gravadas em arquivos mp3; tabelas e frames confeccionados artesanalmente com barbante e cola; exemplos de avaliações adaptadas pelo orientador (para fins de treinamento de aplicação das mesmas), etc.

O aluno obteve êxito na primeira e segunda AD⁵, foi abaixo da média na primeira e segunda AP⁶, porém na realização da 3ª AP foi acima da média e conseguiu a aprovação nesta disciplina.

⁵ Avaliação à Distância. Realizada pelo aluno no, com prazo estipulado pelo CEDERJ.


⁶ Avaliação Presencial. Realizada pelo aluno no pólo em data específica, para cada disciplina, estipulada pelo CEDERJ.

A seguir apresentamos o modelo tátil de material construído pelo tutor para que o aluno pudesse apreender os conceitos. A produção do material inicial contou com a participação do próprio aluno avaliando o modelo e a interlocução com a tutora da disciplina de Educação Especial da Licenciatura em Pedagogia, que possui domínio técnico de produção de material adaptado para as séries iniciais do Ensino Fundamental.

MATERIAL DESENVOLVIDO PARA CONSTRUÇÃO DE PÁGINAS WEB

CÓDIGO FONTE	IMAGEM EM ALTO RELEVO
<pre> <TABLE BORDER> <TR> <TD>Coluna 1 Linha 1</TD> <TD>Coluna 2 Linha 1</TD> <TD>Coluna 3 Linha 1</TD> </TR> <TR> <TD>Coluna 1 Linha 2</TD> <TD>Coluna 2 Linha 2</TD> <TD>Coluna 3 Linha 2</TD> </TR> </TABLE> </pre>	

Reprodução em alto relevo de uma tabela com c em HTML⁷

CÓDIGO FONTE	IMAGEM EM ALTO RELEVO
<pre> <TABLE BORDER> <TR> <TD ROWSPAN=2>Col 1 Lin 1</TD> <TD>Col 2 Lin 1</TD> <TD>Col 3 Lin 1</TD> </TR> <TR> <TD COLSPAN=2>Col 2 Lin 2</TD> </TR> </TABLE> </pre>	

Reprodução em alto relevo de uma tabela com c em HTML

⁷ Linguagem de marcação utilizada para confecção de páginas web.

CÓDIGO FONTE

IMAGEM EM ALTO RELEVO

```
<FRAMESET COLS="50%, 50%">  
<FRAME>  
<FRAMESET ROWS="50%, 50%">  
<FRAME>  
<FRAME>  
</FRAMESET>  
</FRAMESET>
```

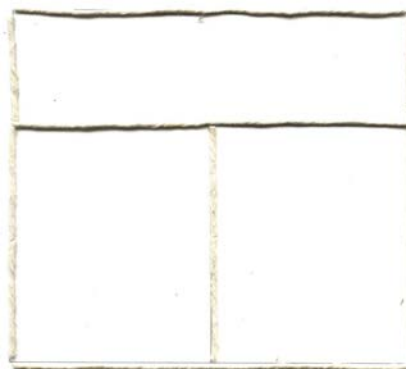


Reprodução em alto relevo de três frames em HTML duas colunas posteriormente dividida a coluna da direita em duas linhas

CÓDIGO FONTE

IMAGEM EM ALTO RELEVO


```
<FRAMESET COLS="50%, 50%">  
<FRAME>  
<FRAMESET ROWS="50%, 50%">  
<FRAME>  
<FRAME>  
</FRAMESET>  
</FRAMESET>
```



Reprodução em alto relevo de três frames em HTML duas linhas posteriormente dividida a linha de baixo em duas colunas.

CÓDIGO FONTE	IMAGEM EM ALTO RELEVO
<pre data-bbox="240 544 766 613"></pre>	

Reprodução em alto relevo do alinhamento de uma imagem à esquerda.

CÓDIGO FONTE	IMAGEM EM ALTO RELEVO
<pre data-bbox="240 1097 766 1167"></pre>	

Reprodução em alto relevo do alinhamento de uma imagem à direita.

DISCIPLINAS CURSADAS NO SEGUNDO PERÍODO

- INTRODUÇÃO A INFORMÁTICA

Houve orientação pedagógica específica. O orientador pedagógico desenvolveu todo material fornecido ao aluno.

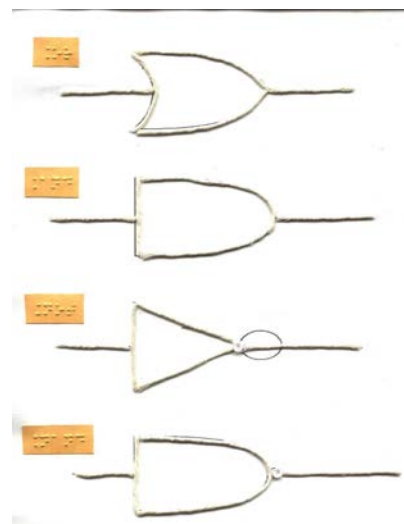
Foram produzidos os seguintes meios auxiliares: apostila adaptada para permitir leitura através de software sintetizador de voz; Portas lógicas e exercícios de fixação confeccionados artesanalmente com barbante e cola; mapas de Karnaugh de 2, 3 e 4 variáveis confeccionados com

barbante, cola alfinetes e miçangas e exemplos de avaliações adaptadas pelo orientador (para fins de treinamento de aplicação das mesmas).

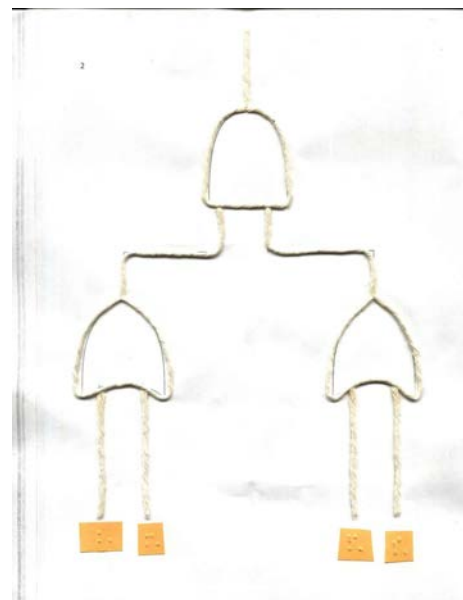
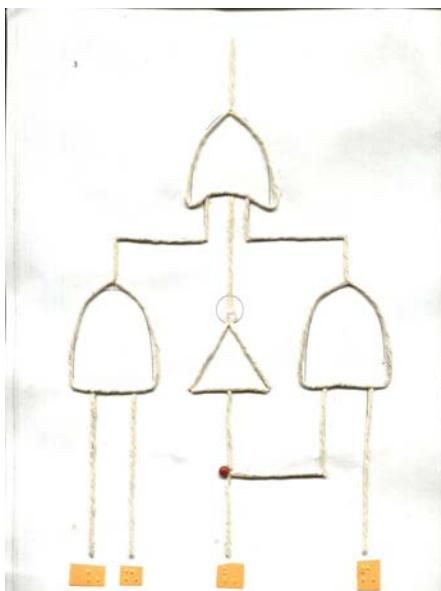
Não houve a necessidade de fornecer ao aluno aulas gravadas.

O aluno foi abaixo da média nas primeira e segunda AD, abaixo da média na primeira AP 1, foi mediano na segunda AP, realizou a terceira AP, obteve a média geral e conseguiu sua aprovação.

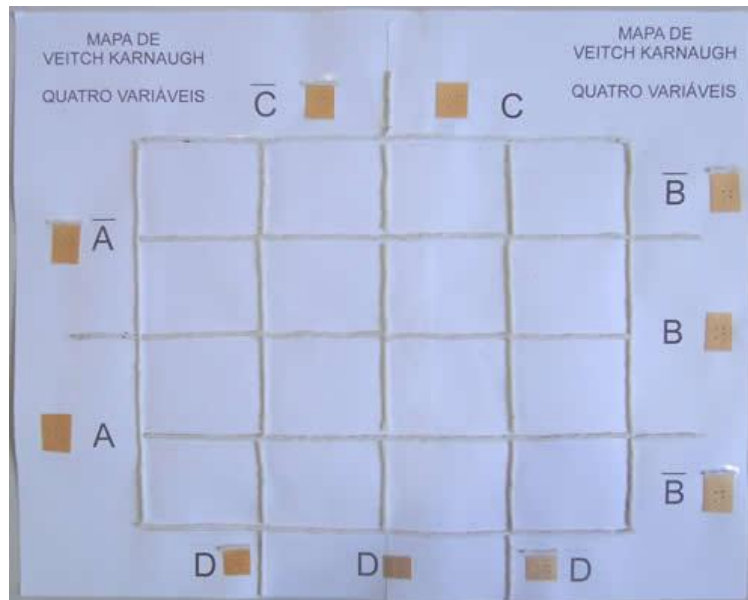
MATERIAL DESENVOLVIDO PARA INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA



Portas Lógicas



Circuitos Lógicos



Mapa de Veitch Karnaugh

- PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE ALGORITMOS

Houve orientação pedagógica específica. O orientador pedagógico desenvolveu todo material fornecido ao aluno.

Foram produzidos os seguintes meios auxiliares: apostila adaptada para permitir leitura através de software sintetizador de voz; exercícios de fixação adaptados pelo orientador e exemplos de avaliações adaptadas pelo orientador (para fins de treinamento de aplicação das mesmas).

O aluno foi mediano na primeira AD e abaixo da média na primeira AP, mas foi acima da média na segunda AD e segunda AP, obtendo sua aprovação sem a necessidade de realizar a terceira AP.

- FUNDAMENTOS DE ALGORITMOS PARA COMPUTAÇÃO

Não houve orientação pedagógica específica e nem foi fornecido ao aluno material de estudo apropriado. O aluno teve dificuldades em compreender a disciplina, não conseguiu resultados satisfatórios nas ADs e nem na APs e conseqüentemente não conseguiu sua aprovação.

5. RESULTADOS

Por meio da análise dos dois semestres cursados pelo aluno obtivemos os seguintes resultados: no segundo semestre de 2010, na disciplina Inglês

Instrumental não houve orientação pedagógica específica, mas a entrega ao aluno do arquivo em mídia do material de estudo e posterior impressão do mesmo em braile, o que contribuiu para aprovação dele nesta disciplina. Na disciplina Introdução à Informática não houve orientação pedagógica específica e nem foi fornecido ao aluno material de estudo apropriado. O aluno teve dificuldades em compreender a disciplina, principalmente no que diz respeito a reconhecimento de peças de computador, entendimento de portas lógicas e simplificação de funções. Conseqüentemente o aluno não conseguiu resultados satisfatórios nas avaliações e ficou reprovado; na disciplina Construção de Páginas Web houve acompanhamento pedagógico específico onde foram produzidos os materiais auxiliares e aluno obteve êxito nas avaliações e obteve a aprovação; no primeiro semestre de 2011, na disciplina de Projeto de Desenvolvimento de Algoritmos houve orientação pedagógica; e foi oferecido pelo orientador pedagógico, material específico permitindo que o aluno obtivesse as médias necessárias sua aprovação; na disciplina de Introdução à Informática houve orientação pedagógica e foi desenvolvido pelo orientador pedagógico material específico o que contribuiu para sua aprovação; na disciplina de Fundamentos de Algoritmo para Computação não houve orientação pedagógica específica e nem foi fornecido ao aluno material de estudo apropriado o que resultou na sua reprovação.

6. CONCLUSÃO

Considerando os resultados obtidos na realização destas práticas, por meio da utilização de matéria de estudo tátil, gravação de aulas e adaptação de textos para serem reproduzidos em sintetizador de voz, verifica-se que, apesar das dificuldades existentes para condução das tutorias frente aos desafios impostos pela educação inclusiva na superação da segregação na escola e na tentativa de encaminhar o aluno com deficiência visual ao mercado de trabalho, encontraram-se soluções favoráveis e facilitadoras no processo do ensino da computação na EAD. Contudo, é possível observar que, sem a orientação e distribuição de material apropriado, torna-se impossível permanência de um

aluno deficiente visual no ensino superior, e em particular na modalidade da Educação à Distância.

Por isso preparação técnica dos tutores para a condução de uma tutoria voltada para alunos deficientes visuais de ser considerada, e o material didático deve ser construído sob a orientação dos tutores com formação teórica no campo de conhecimento e orientações ou interlocuções no campo da educação especial para que possa conduzir a orientação pedagógica do aluno com deficiência visual.

O estudo aponta também para a necessidade da expansão de cursos de Pós Graduação Stricto Sensu, de natureza multidisciplinar para produções científicas neste campo emergente de conhecimento no cenário do ensino superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

FERNANDES, Edicléa; ORRICO, Helio. *Acessibilidade e inclusão social*. Rio de Janeiro: Deescubra, 2011.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; ORRICO, Helio Ferreira & REDIG, Annie Gomes. **A importância da utilização de adaptações curriculares tridimensionais na construção do conhecimento de alunos cegos**. Anais do Congresso Ibero-americano de Educação. São Paulo:UNESP de Araraquara, 2007

_____. Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Lei que Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

_____. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9.394/96*. Brasília: MEC, 1996.

LIMA, Francisco José de; LIMA, Rosângela A. Ferreira & SILVA, José Aparecido da. **A preeminência da visão: crença, filosofia, ciência e o cego**. Disponibilizado em: 23/08/2007. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com>. Acesso em: 20/06/2012.

_____. Ministério da Educação. Portaria n. 1.679, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf>. Acesso em: 3 mar. 1999.

NAMBU, Tais Suemi. Construindo um Mercado de Trabalho Inclusivo: Guia Prático para Profissionais de Recursos Humanos. São Paulo: SORRI-BRASIL; Brasília: CORDE, 2003

_____. Programa Incluir. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Incluir/incluir2008.pdf>. Acesso realizado em 3 de maio de 2012

RODRIGUES, R. V; RODRIGUES, S da R & FERNANDES, E. M. Oficinas de Acessibilidade ao Currículo: pensando na inclusão da diversidade. *Anais do IV Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE)*. UFSCar, 2010